## Por um trânsito melhor

Em seis meses, neste ano, o Hospital São Lucas recebeu 1.021 acidentados só com motos, além das vítimas de outros desastres

or que o trânsito mata e mutila tanto? Por que no Espírito Santo a taxa de óbitos causados pelo uso de veículos é a maior da Região Sudeste? Por que de cada 100 mil habitantes deste Estado, em média, 25,6 têm a vida ceifada pela violência na condução de autos?

Essas indagações ferem as diretrizes do bom-senso. São cruciais, porque se originam de motivo inaceitável. Não deve haver conformismo ante a caracterização do trânsito como ritual de colisões, atropelamentos, atentados à integridade física dos cidadãos e danos aos patrimônios privados e públicos. Isso é selvageria, e não pode ser consentida. Sob o ponto de vista institucional, representa a negação das leis e dispositivos operacionais que regem o uso das vias públicas para o deslocamento de veículos e de pessoas.

EDITORIAL

De janeiro a julho deste ano, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) registrou na Grande Vitória 420 saídas de ambulâncias para atender a vítimas de acidentes de trânsito. No mesmo período, o Hospital São Lucas, no Centro da Capital, recebeu 1.021 pacientes acidentados só com motos. É um absurdo. Os números muito se assemelham aos de um território em conflito bélico, mas também preocupa a gravidade dos danos provocados pelos desastres.

Nos demais Estados do Sudeste, a média é de 18,6 mortos no trânsito, para cada 100 mil habitantes. No

Brasil, são 19,3. São registros produzidos por uma rede de circunstâncias que não deveriam existir, com utilização consciente e responsável das vias públicas. As variações das estatísticas regionais são periódicas e constituem apenas aspecto marginal do drama. O trânsito chegou ao limite do irracional. Provoca cerca de 36 mil mortes por ano no país. E 400 mil pessoas são feridas nas ruas e estradas brasileiras. É uma grave perturbação da vida social. E implica elevadas perdas financeiras. As vítimas e seus familiares têm dispêndios não programados, sofrem interrupções nos seus afazeres e ampliam os gastos do sistema público de saúde. Dado referente a 2004 (o mais recente) mostra que o Ministério da Saúde repassou ao Espírito Santo R\$1,77 milhão para cobrir custos (provavelmente não integrais) com internações hospitalares por acidentes de trânsito.

A sociedade deve se mobilizar visando a tornar mais severas as leis de trânsito. A eleição de deputados e senadores é uma oportunidade para implementar esse objetivo

O desenvolvimento de ações educativas visando a eliminar ou a reduzir fatores que geram inseguranca e violência no trânsito ainda está longe de mostrar as respostas desejadas. É preciso fazer mais. Muito mais. Rever metodologias e ampliar esforços. Ainda não estão bem deslanchados programas de segurança nos bairros, com sistemas de comunicação instantânea entre as comunidades e os agentes de trânsito, em situações de risco e emergência. Isso deve envolver parcerias com o setor privado. É necessário que todas as forças sociais formem e coloquem em operação essa rede. Tem dado certo em alguns locais.

Por fim, a sociedade deve se mobilizar visando a alterar as leis de trânsito, tornando-as muito mais severas do que as atuais. A eleição de deputados e senadores é uma oportunidade para implementar esse objetivo.